



Recebido: 08/04/2013
Aprovado: 03/06/2013
Publicado: 10/06/2013

1. Golpe Civil-Militar e Repressão no Imediato Pós-Golpe em Minas Gerais

Paulo Giovanni Antonino Nunes^I

Nos momentos que antecederam o golpe civil-militar no Brasil, em 1964, o Estado de Minas Gerais vivia um momento de grande efervescência política e social, tanto do ponto de vista das forças que apoiavam o projeto trabalhista de João Goulart, quanto principalmente, na organização de forças políticas que o combatiam. Este artigo pretende analisar a situação social e política no estado de Minas Gerais, no momento que antecede o golpe civil-militar no referido estado e a repressão que se abateu a alguns setores da sociedade no imediato pós-golpe.

Palavras-chave: História política, Golpe civil-militar, Sociedade civil.

Civil-Military putsch and repression in the immediate post-cuop in Minas Gerais

In the period that anteceded the civil-military putsch in Brazil, in 1964, the State of Minas Gerais underwent a great political and social effervescence regarding the viewpoint of the forces that supported João Goulart's labor project as well as the organization, especially, of political forces that combated him. This article aims at analyzing the social and political situation in the state of Minas Gerais at the moment previous to the civil-military putsch in the mentioned state and the repression that occurred in some sectors of the society in the immediate post-coup.

Keywords: Political history, Civil-military putsch, Civil society.

Introdução

O período do governo do presidente João Goulart foi bastante tenso. Com grande radicalização tanto no campo da esquerda como no da direita política. Este tentou conviver entre as várias forças em conflito, ora tendendo para um lado ora para outro. Mas diante da conjuntura ele finalmente se decide por uma postura mais esquerdista. É no comício da Central do Brasil, no dia 13 de março de 1964, que João Goulart dá de fato uma guinada para a esquerda. Este comício foi organizado pela CGT e pela assessoria sindical de Goulart e visava demonstrar o apoio popular às propostas de Reforma de Base do governo e pressionar o Congresso Nacional no sentido de que este aprovasse rapidamente os projetos encaminhados pelo Executivo. Nele Goulart anunciou a promulgação de dois decretos, o de nacionalização das refinarias particulares de petróleo e o da desapropriação das propriedades de terras com mais de 100 hectares que ladeavam as rodovias e ferrovias federais e os açudes públicos federais. Também prometeu enviar ao Congresso outros projetos de reformas, como a agrária, eleitoral, a universitária e a constitucional. Além disso, anunciou que nos próximos dias decretaria algumas medidas em 'defesa do povo e das classes populares'. Neste seu

Cidade Universitária Prof. José Aloísio de Campos, Rodovia Marechal Rondon, s/nº, sala 06 do CECH-DHI,
Bairro Jardim Rosa Elze, São Cristóvão – SE, CEP: 49.000-000, Fone: (79) 3043-6349.

E-mail: caderno@getempo.org



Recebido: 08/04/2013
Aprovado: 03/06/2013
Publicado: 10/06/2013

discurso, Goulart atacou a ‘democracia dos monopólios nacionais e internacionais’, a ‘associação de classes conservadoras’, a ‘mistificação do anticomunismo’, a campanha dos ‘rosários da fé contra o povo’ e os ‘privilégios das minorias proprietárias de terras’, etc.^{II}

Depois do comício da Central do Brasil as entidades femininas organizaram passeatas de “desagravo do rosário”, que segundo ela tinha sido ofendido por João Goulart e posteriormente, com o apoio da Igreja Católica e de várias entidades empresariais as “Marcha da Família com Deus pela Liberdade”, que foram grandes manifestações contra o governo de Goulart. Também após o referido comício Castelo Branco fez considerações críticas a situação político-institucional do país e a chamada “Revolta dos Marinheiros.” Esta sublevação dos marinheiros e a posterior anistia que lhes foi concedida por Goulart levou a um consenso dos militares contra ele. Para completar o quadro de conflito, Goulart comparece a uma reunião do Automóvel Clube, onde se estava comemorando o aniversário da Associação dos Suboficiais e Sargentos da Polícia Militar da Guanabara e denunciou, em discurso, as pressões que vinha sofrendo da direita e afirma que a tentativa de golpe contra seu governo estava sendo financiada pelo imperialismo e pela burguesia associada.

Finalmente, na madrugada do dia 31 de março, o gal. Mourão Filho, comandante da IV Região Militar de Minas Gerais, ordenou que sua tropa se movimentasse de Minas Gerais em direção ao Rio de Janeiro, com o apoio do governador de Minas, Magalhães Pinto e de São Paulo, Adhemar de Barros e recebeu o apoio do gal. Amaury Kruehl, do Rio de Janeiro, que ainda tentou um acordo com João Goulart, para que este se afastasse do CGT e da UNE e de outras entidades “subversivas” que poderia manter poder. Jango recusa, e o golpe é desencadeado. João Goulart resolve não resistir, apesar do apelo de vários de seus aliados, para evitar uma guerra civil no país e se exila no Uruguai. A direita no Congresso aprova a declaração de vacância do cargo de Presidente da República e o presidente da Câmara dos Deputados, Ranieri Mazzili, foi empossado no cargo.^{III}

Apesar de o presidente empossado ser o deputado Ranieri Mazzili, quem na verdade dava as diretrizes no governo era o Alto Comando da Revolução, integrado pelo General Arthur da Costa Silva, o Almirante Augusto Rademaker e o Brigadeiro Correia de Mello. Oito dias após o golpe, o referido Alto Comando promulga o Ato Institucional Nº 1 (AI-1), que entre outras coisas, limita os poderes do Congresso Nacional, do Judiciário, os direitos individuais, lança as bases para os Inquéritos Policiais-Militares (IPMs) e autoriza a cassação de mandatos parlamentares.

No dia 15 de abril de 1964 o General Humberto de Alencar Castelo Branco, foi eleito de forma indireta, por um Colégio Eleitoral, presidente da República, inicialmente para concluir o mandato do presidente deposto, João Goulart. Castelo Branco, através de decreto-lei institui os IPMs, já previstos no AI-1, dando início a chamada “Operação Limpeza”. Os referidos Inquéritos deveriam investigar as atividades de funcionários civis e militares, de níveis municipal, estadual e federal, para identificar os que estavam comprometidos em atividades “subversivas”.^{IV}



Recebido: 08/04/2013
Aprovado: 03/06/2013
Publicado: 10/06/2013

Nesse texto analiso as tramas políticas que se desenvolveram durante o golpe, a repressão sobre a sociedade civil no estado de Minas Gerais, observando as forças políticas e sociais que participaram desta construção, as que resistiram a elas e a repressão que abateu sobre as mesmas.

Tramas políticas e sociais na conjuntura pré-golpe civil-militar em Minas Gerais

Motta questiona: se havia conspirações contra o governo federal por toda parte, por que o golpe começou em Minas? Para ele duas questões podem ser elencadas:

Salvo algumas exceções, as elites do estado deixaram de lado suas divergências e uniram-se contra Goulart e a esquerda, tanto lideranças empresariais quanto as políticas; os comandantes do Exército com sede em Minas uniram-se também, dando ao movimento um suporte militar (ao qual se agregou uma força policial significativa) de que não dispunha, pelo menos inicialmente, os golpistas de outros estados. Pode ser eventada, também, a proverbial esperteza da liderança mineira, que teria procurado se antecipar e lançar-se à frente de movimento aparentemente inevitável. O argumento fica mais atrante quando lembramos a estratégia pendular do governador Magalhães Pinto, que poucos meses antes flertava com a esquerda ao abrir-lhe espaço em sua administração, ao mesmo tempo passo mantendo as portas abertas à direita.^V

No estado de Minas Gerais, um dos principais da região sudeste do país, e onde “a revolução começou”, houve uma organização bastante articulada das elites locais, no sentido de desestabilizar o governo e o projeto nacional-desenvolvimentista de João Goulart.

Esta organização se deu através das ações do Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais, que tendo sua organização principalmente no eixo Rio-São Paulo, precisava, para obter bom êxito nos seus objetivos, se espalhar pelos demais estados brasileiros. De acordo com Starling, Minas Gerais seria fundamental para viabilizar o projeto de classe alimentado pelo IPES por dois motivos:

Em primeiro lugar, devido ao papel político desempenhado por Minas a nível nacional, ao alto grau de prestígio político alcançado por suas elites e ao peso de sua influência na administração federal, seja na articulação de linhas políticas, seja na articulação de linhas políticas, seja na distribuição de pastas de primeiro escalão.^{VI}

O segundo motivo seria o caráter militar que Minas poderia cumprir numa possível “revolução”. Ou seja, posição singular de Minas no corpo do país transformava o estado em uma área privilegiada do ponto de vista de uma resistência militar.

Em primeiro lugar, devido às possibilidades de comunicação com quase todas as regiões do país – nordeste, oeste, leste e sul; em segundo lugar, tratava-se de uma região próxima ao centro nervoso de onde seria desfechado o golpe; em terceiro lugar, permitia condições mínimas de abastecimento interno – a pecuária no Norte, a agricultura no Sul. Finalmente, cercada por montanhas, Minas não só constituía um alvo difícil para um ataque de tropas regulares, como – e principalmente –



Recebido: 08/04/2013
Aprovado: 03/06/2013
Publicado: 10/06/2013

constituía um excelente refúgio defensivo que, assentado em um terreno favorável, oferecia segurança, permanência e mobilidade constante. Frente a um método de combate eminentemente defensivo, a superioridade relativa oferecida por Minas estava em garantir vantagens no aproveitamento do terreno, que permitisse inversão na correlação de forças.^{VII}

O IPES-MG conjugou os setores mais “modernos” da economia mineira, ligados ao capital multinacional e associado, e apresentava uma especificidade em relação a organização da entidade no eixo Rio-São Paulo, “a mais importante delas [...] não ter fundido em seu interior os diferentes grupos antigovernistas atuantes em outra área do meio empresarial”.^{VIII} Os setores mais “tradicionais” da economia local e da classe média conservadora se organizaram, com o incentivo do próprio IPES-MG, numa entidade chamada os “Novos Inconfidentes” e “o que unificava esses grupos não era, certamente, o projeto de classe do setor multinacional-associado, e sim o seu posicionamento anticomunista”.^{IX}

Os “Novos Inconfidentes” eram formados por militares das forças armadas, em sua maioria da reserva, mas também alguns da ativa; da Polícia Militar e delegados da Polícia Civil; por setores da classe média, como profissionais liberais e estudantes universitários; latifundiários, setores conservadores da Igreja e empresários, principalmente do setor mais tradicional da economia mineira. “Esse organismo significava, na prática, a constituição de uma frente conservadora-oposicionista em Minas Gerais, altamente heterogênea mas com forte ascendência em seus interior de ‘elite tradicional’ do estado”.^X

Outro grupo que teve papel importante nas mobilizações contra o governo Goulart e o projeto nacional-desenvolvimentista, visto como um caminho para a implantação do comunismo no Brasil, foram às mulheres conservadoras. No estado de Minas Gerais elas se organizaram na Liga da Mulher Democrática (LIMDE), que realizou várias manifestações, que culminaram na véspera do golpe civil-militar de 1964, com as grandes “Marchas da Família com Deus pela liberdade”. De acordo com Simões (1985) as mulheres mineiras começaram a se destacar a nível nacional quando impediram um comício do líder trabalhista Leonel Brizola pelas “reformas de base” em Minas, no dia 25 de fevereiro de 1964. As mesmas utilizaram o “rosário de Nossa Senhora” para combater a “foice e o martelo”, símbolo do comunismo. O exemplo das mineiras foi seguido por outras organizações similares de mulheres no país. Este movimento das mulheres, em Minas Gerais, se alinhava com os “Novos Inconfidentes”.

Ainda sem estarem organizadas numa associação um pequeno grupo de senhoras mineiras organizaram em setembro de 1963 um protesto contra a visita do presidente Tito da Iugoslávia ao Brasil. Segundo Starling^{XI} foi “a partir de então, [que] elementos da direção do IPES-“Novos Inconfidentes” passaram a estimular a criação, em Minas, de uma organização feminina que pudesse funcionar como ‘ponta de lança’ para o contra-ataque a João Goulart”. Outro movimento organizado pelas mulheres, já em janeiro de 1964, foi uma campanha para impedir a realização do Congresso para a construção da Central Única dos Trabalhadores da América Latina (CUTAL) em Belo Horizonte.

Para impedir a realização desse Congresso as mulheres mineiras partiram para ações radicais, como o cerco dos principais hotéis de Belo Horizonte, onde se encontravam hospedados os primeiro congressistas, visando o impedimento de sua saída para o local Congresso. Também



Recebido: 08/04/2013

Aprovado: 03/06/2013

Publicado: 10/06/2013

ameaçaram se deitar na pista do Aeroporto da Pampulha para impedirem o desembarque dos Congressistas, além de realizarem um grande comício no dia 20 de janeiro de 1964 contra a realização do referido Congresso em Belo Horizonte. Diante dessa pressão o Congresso foi transferido para Brasília. Foi no bojo da vitória desse movimento, que teve grande repercussão na imprensa que foi criada no final de janeiro de 1964, em Belo Horizonte a Liga da Mulher Democrata (LIMDE).

A LIMDE canalizou seus esforços para duas linhas centrais de ação política propagandística: na primeira delas se preocupou em organizar e desenvolver uma campanha de “conscientização” e de doutrinação da opinião pública, através de conferências, panfletos, elaboração de abaixo-assinados de protesto, envio de telegramas às autoridades, pressão sobre parlamentares, etc. Na segunda, desenvolveu as espetaculares “demonstrações de rua”.^{XII}

A última “demonstração de rua” feita pela LIMDE foi a organização da “Marcha da Família com Deus pela Liberdade”, que levou as ruas da capital mineira cerca de 200 mil pessoas, no dia 13 de maio de 1964, portanto já depois do golpe.

Apoiados, e em certo sentido dirigidos pelo IPES-“Novos Inconfidentes” outros setores da classe média, além das mulheres da LIMDE, se engajaram no projeto de “tomar as ruas de Jango” e desestabilizar seu governo. Uma das categorias de classe média que se mobilizou contra o governo de João Goulart, em Minas Gerais, foi a dos médicos, que através de um “Manifesto”, intitulado “Omissão das Maiorias permite que o Ateísmo Vermelho escravize o Povo” sugere a intervenção militar para barrar o perigo do comunismo no Brasil. De acordo com Starling,^{XIII} os médicos mineiros “atuaram como o primeiro segmento organizado das classes médias no estado a apelar publicamente a favor da intervenção militar e, como decorrência, a se posicionar favoravelmente ao golpe no Estado”.

Também setores da Igreja Católica participaram da desestabilização do projeto nacional-desenvolvimentista em Minas Gerais, tanto através da participação de setores de sua cúpula na estrutura dos “Novos Inconfidentes” como através de organizações internas da própria Igreja, como “O Movimento para um Mundos Cristão” liderado pelo padre João Botelho e a “Escola de Líderes Operários” (ELO) do padre Ari de Freitas. Segundo Starling (1986, p. 216), “A rigor, a Igreja Católica se fez presente na campanha política-ideológica IPES-‘Novos Inconfidentes’ seja através dessas entidades, seja por intermédio da concatenação das ações de determinados padres”. Neste sentido, “O Movimento por um Mundo Cristão” teve participação importante nas eleições de 1962, apoiando candidatos conservadores e na várias “manifestações de rua”, como o comício de 20 de janeiro de 1964, nas manifestações contra a realização do Congresso da CUTAL em Belo Horizonte, na “Vigília Cívica” que visava impedir o comício do líder trabalhista Leonel Brizola e na preparação da “Marcha da Família com Deus pela Liberdade. Já a “Escola de Líderes Operários” fazia campanha ideológica no interior da classe operária, buscando a possível cooptação de lideranças operárias. Nesse setor não obteve muito sucesso, pois,

A ELO não conseguiu penetrar de modo expressivo no interior das organizações do movimento operário de Minas Gerais, notadamente no meio sindical, sendo incapaz

Cidade Universitária Prof. José Aloísio de Campos, Rodovia Marechal Rondon, s/nº, sala 06 do CECH-DHI, Bairro Jardim Rosa Elze, São Cristóvão – SE, CEP: 49.000-000, Fone: (79) 3043-6349.

E-mail: caderno@getempo.org



Recebido: 08/04/2013
Aprovado: 03/06/2013
Publicado: 10/06/2013

de barrar com eficácia a força representada pelas duas principais correntes políticas que atuavam no movimento sindical brasileiro desde a década de 40: O Partido Comunista Brasileiro e o Partido Trabalhista Brasileiro.^{XIV}

De acordo com a referida autora a classe operária mineira continuou se expressando através de lideranças do “campo trabalhista”, como Clodsmidt Rianni, presidente do Comando Geral dos Trabalhadores (CGT) a nível estadual, o Presidente da Federação Sindical dos Trabalhadores Têxteis, Sinval Bambirra, o líder do Sindicato dos Mineiros de Nova Lima e também dirigente do CGT, José Gomes Pimenta, - o Dazinho -, etc. todos eles, aliás, cumprindo mandatos parlamentares e dando sustentação ao projeto trabalhista de Jango. No entanto, o movimento sindical mineiro apesar de contar com núcleos vigorosos e combativos, teve uma atuação política limitada, privilegiando reivindicações de caráter corporativo, apesar de ter tido participação importante na Greve Geral pela Legalidade. De acordo com Starling,^{XV} em grandes linhas, teríamos como principais movimentos reivindicatórios da classe operária em Minas no período de 1961 a 1964: a) 1961: greve dos mineiros da Mina de Morro Velho (3.000 participantes); greve dos tecelões da Marzagânica (680 tecelões) que culminou com a “passeata da fome” pelas ruas de Belo Horizonte; greve dos operários da Mannesmann; greve dos mineiros de Nova Lima (4.000 participantes); b) 1962: greve dos metalúrgicos da Santa Matilde em Lafaiete (600 participantes); c) 1963: greve dos metalúrgicos de Belo Horizonte; greve dos metalúrgicos da USINIMAS.

Um setor vinculado ao “campo trabalhista” que se confratou bastante com a elite mineira, principalmente os grandes proprietários rurais foi o dos camponeses. A primeira tentativa de organização dos camponeses em Minas Gerais aconteceu nos anos de 1940, com a formação das primeiras ligas camponesas pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB), que no entanto tiveram vida efêmera, pois foram proibidas de funcionar quando o partido foi colocado na ilegalidade em 1947.

De acordo com Caminasca^{XVI} a inserção do campesinato mineiro no espaço público aconteceu de fato em meados do ano de 1950 com a realização da 1ª Conferência Estadual de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas. Este foi o primeiro ato público ocorrido em Minas em que os camponeses tiveram alguma participação. Durante a realização deste evento foi fundada a Associação de Trabalhadores Agrícolas de Minas Gerais (ATAMG). Esta entidade tinha como objetivo a promoção jurídica e social para os que viviam no campo. Um momento importante para consolidação do movimento camponês em Minas Gerais foi a realização do I Congresso Nacional de Lavradores Agrícolas, em Belo Horizonte, em novembro de 1961, com a participação de 1.600 delegados vindos de todo o país. Foi neste Congresso que o líder camponês e deputado, Francisco Julião afirmou que a Reforma Agrária seria feita “na lei ou na marra, com flores ou com sangue”.

Foi também a partir da realização deste Congresso que os grandes proprietários mineiros começaram a se preocupar de fato com a organização do campesinato, “o Congresso dos Lavradores soou como um toque de reunir do setor latifundista mineiro, que se sentiu ameaçado não só pela reforma agrária em si como também pela demonstração visível da crescente capacidade de organização dos trabalhadores rurais”.^{XVII} Alguns dias depois do referido evento os proprietários rurais reunidos na Federação dos Trabalhadores Rurais do Estado de Minas Gerais (FAREM) produziu um documento de repúdio ao evento. Na ocasião, foi enviado ao presidente da República, ao primeiro-ministro e a outras autoridades o seguinte telegrama:



Recebido: 08/04/2013
Aprovado: 03/06/2013
Publicado: 10/06/2013

A FAREM, ora reunida em sessão permanente, pede vênica para alertar os poderes constituídos da posição das classes rurais de Minas na defesa extrema e decisiva da Constituição vigente, repudiando formalmente os movimentos subversivos de caráter eminentemente comunistas ora verificados no país. A revolução comunista pregada abertamente no I Congresso Nacional dos Trabalhadores e Lavradores Agrícolas, ora reunido nesta Capital, vem agravar a intranquilidade reinante nas fontes de produção, importando na fatal e sensível diminuição da produção de gêneros de primeira necessidade, com conseqüente elevação do custo de vida e favorecimento do clima propício à subversão da ordem.^{XVIII}

Segundo Camisasca o movimento camponês mineiro teve como peculiaridade a luta por terras pertencentes a União, não utilizando a tática de ocupar propriedades privadas como aconteceu em outras regiões do Brasil. A forma de organização que predominou foi a dos sindicatos rurais.

Diferentemente do nordeste do país, por exemplo, em Minas, o movimento das Ligas Camponesas não possuiu força significativa. O que predominou no estado, na década de 1960, foi a constituição de sindicatos rurais, criados com o apoio do governo federal, do PCB, da AP, da POLOP e da Igreja Católica. Embora alguns movimentos recebessem a denominação de Ligas Camponesas, eles não tiveram nenhuma correspondência com aqueles existentes no Nordeste.^{XIX}

Setores da Igreja Católica, liderados pelo arcebispo de Diamantina (MG) D. Geraldo de Proença Sigaud se colocaram contra mudanças na Constituição Brasileira para viabilização da Reforma Agrária. O referido arcebispo enviou uma circular, para todo clero do estado, onde pedia a ação dos mesmo na luta contra a Reforma da Constituição.

V. Revma mobilize toda a sua Paróquia, as Associações Religiosas e Civis que houver, os Colégios, as Câmaras de Vereadores, os Prefeitos e demais autoridades e as várias famílias e pessoas, para que telegrafem aos Srs. Deputados Federais e Senadores por Minas Gerais, aos Presidentes da Câmara e do Senado, ao Ministro da Justiça e ao Sr. Presidente da República protestando contra qualquer alteração dos artigos 141 e 147 da nossa Constituição [...] V. Revma. fale no púlpito sobre isto, mobilize toda sua paróquia, em defesa de um dos esteios da civilização cristã, que é o direito de propriedade.^{XX}

Com o avanço da luta pela Reforma Agrária a FAREM organizou uma série de encontro de ruralista em vários municípios mineiros tentando agregar os proprietários de terras de vários regiões do estado para lutar contra alterações na Constituição que pudesse viabilizar a Reforma Agrária. Após a realização do Comício da Central do Brasil e a assinatura do decreto do SUPRA as tensões se radicalizaram nas áreas rurais de Minas Gerais. A imprensa começou a noticiar como os proprietários rurais estavam se armando para defender suas propriedades de possíveis invasões. Segundo o jornal “Binômio”:

Informações vindas do interior falam na descoberta de carabinas e metralhadoras portáteis em diversas cidades mineiras. Em Luz, Oliveira, Teófilo Otoni, Uberaba, Uberlândia, Pouso Alegre, Governador Valadares, Lavras e outros locais já foram descobertas essas armas distribuídas - ao que se sabe - por emissários do Sr. Josaphat Macedo.^{XXI}



Recebido: 08/04/2013
Aprovado: 03/06/2013
Publicado: 10/06/2013

O IPES-MG os “Novos Inconfidentes”, tendo como ponto comum a luta anticomunista e a desestabilização do governo Goulart atuavam conjuntamente, apesar de seus objetivos com a possível substituição do governo não serem as mesma. No entanto, ambos, tinham desconfianças em relação a atuação conspiratória do governador de Minas Gerais, Magalhães Pinto.

Na realidade, o movimento político-militar, em Minas, foi montado à revelia do governador do estado pelo IPES-“Novos Inconfidentes”, que estava aparentemente disposto a ir às últimas conseqüências para neutralizar Magalhães Pinto, a quem atribuía posição política “dúbia”, “ambígua” e, conseqüentemente, de modo algum confiável.^{XXII}

Também não tinham confiança no general Mourão Filho, comandante da 4ª Região Militar e da 4ª Divisão de Infantaria do 1º Exército, com sede em Juiz de Fora. De acordo com Starling “Em Minas Gerais, o general Mourão foi cuidadosamente isolado da conspiração pela liderança do IPES-‘Novos Inconfidentes’, que buscava beneficiar-se dos esforços antigovernistas desenvolvidos por esse aliado fortuito no meio militar”.^{XXIII}

O general Mourão Filho, que tinha uma longa tradição de conspiração, aliou-se mais organicamente com o governador Magalhães Pinto - apesar das desconfianças de ambos –, que atuava de forma discreta, devido seus interesses nas eleições de 1965, onde pretendia ser candidato a presidência da República, e tinha dentro de seu próprio partido, a UDN, um adversário de peso com as mesmas pretensões, o governador da Guanabara, Carlos Lacerda. Dessa forma, buscava agir em várias frentes, inclusive buscando agradar setores da oposição que podiam ser possíveis aliados numa candidatura fora do seu partido de origem. Mourão Filho precipitou o golpe, com o apoio de Magalhães, ao deslocar as forças militares sob o seu comando de Minas Gerais para o Rio de Janeiro, no dia 31 de março de 1964, sem autorização dos principais articuladores do golpe a nível nacional, que esperavam um momento mais propício desencadeá-lo. Como não houve resistência de Goulart, que temia uma guerra civil, o golpe foi vitorioso sem que houvesse resistência das forças que apoiavam o projeto nacional-desenvolvimentista.

Dessa forma, Mourão Filho e Magalhães Pinto, foram tidos respectivamente como “comandante militar da revolução” e “comandante civil da revolução”, embora nos arranjos posteriores ao golpe tenham perdido espaço para forças mais organizadas ligadas aos generais Castelo Branco e Costa e Silva. Também após o golpe, a aliança conjuntural entre o IPES-MG e os “Novos Inconfidentes” começou a apresentar problemas, já que o projeto estratégico de ambos era bastante diferente.

A repressão no imediato pós-golpe



Recebido: 08/04/2013
Aprovado: 06/06/2013
Publicado: 10/06/2013

Dominicanos, localizado no bairro da Serra e atingiu tanto líderes leigos quanto religiosos. O diretor do jornal da Ação Popular, Lúcio Nunes, foi interrogado com tanta frequência que, se viu coagido a deixar Belo Horizonte. Foram presos os dirigentes sindicais católicos Antonio Faria Lopes, presidente do Sindicato dos Bancários, e os deputados e sindicalistas José Gomes Pimenta, líder da categoria dos mineiros de Nova Lima; Clodsmith Rianni, presidente do Comando Geral dos Trabalhadores (CGT) a nível estadual e Sinval Bambirra, Presidente da Federação Sindical dos Trabalhadores Têxteis, sendo que os referidos parlamentares também tiveram seus mandatos cassados com o voto unânime dos demais membros da Assembleia Legislativa de Minas Gerais. Também foi cassado o suplente de deputado Pedro Lage e em nível nacional, o ex-presidente Juscelino Kubistchek, além de outras lideranças políticas importantes do estado. Sofreu especial violência o padre Francisco Lage Pessoa, que teve participação ativa no processo de sindicalização rural.

Todos esses perseguidos pelo novo regime que se instalava foram denunciados nos Inquéritos Policiais Militares, para exemplificar citaremos os casos do Padre Lage e do sindicalista José Gomes Pimenta.

Aos vinte e sete dias do mês de abril de 1964, nesta cidade de Belo Horizonte, no Qaurtel do Centro de Preparação de Oficiais de Reserva de Belo Horizonte, (CPOR/BH), presente o Exm. Sr. Com. Moacir Lopes de Rezende, encarregado deste Inquérito, comigo Capitão Cleverson da Silva Gomes, servindo de escrivão, compareceu o Padre Francisco Lage Pessoa, a fim de ser interrogado sobre fatos constantes da Portaria s/nº o do Exmo. Sr. Gen. Carlos Luiz Guedes, Cmt. da ID/4 que lhe foi lida [...]

Aos 27 dias do mês de abril do ano de 1964, nesta cidade de Belo Horizonte, Minas Gerais, no quartel do 12º REGIMENTO DE INFANTARIA [...] O Tenente Coronel Mário [...] Filho, encarregado deste Inquérito, comigo Tenente Coronel [...] servindo de Escrivão e de Joaquim [...] Filho, Promotor da 4ª Região Militar, compareceu JOSÉ GOMES PIMENTA, a fim de ser interrogado sobre os fatos constantes na Portaria de 3 de abril, do Exmo. Sr. Gen. Comt. Do ID/4 [...].^{XXIV}

Outra entidade católica que sofreu repressão no pós-golpe foi Ação Católica. No dia 1º de abril de 1964, a sede da Juventude Operária Católica (JOC) foi invadida pelo organismo paramilitar dos “Novos Inconfidentes” e o seu fundador e assistente eclesiástico, padre William Silva foi indiciado em um Inquérito Policial Militar. Segundo Starling:

Na realidade, tanto a Ação Católica quanto a Ação Popular pagaram alto preço não só por seu alinhamento ao bloco nacional-populista, mas sobretudo por terem em Minas Gerais enfrentado publicamente, embora sem a consciência plena do poder de seu inimigo, em mais de uma ocasião, a força representada pelo IPES-“Novos Inconfidentes”.^{XXV}

Segundo Motta,^{XXVI} em Minas Gerais, aproximadamente 3 mil pessoas foram detidas para averiguações nos primeiros dias pós-golpe, principalmente estudantes, trabalhadores,



Recebido: 08/04/2013, intelectuais, sindicalistas e lideranças políticas. Mas com o passar das semanas a maioria foi
Aprovado: 05/06/2013 alguns de forma definitiva e outros para aguardar em liberdade o resultado de
Publicado: 10/06/2013

investigações abertas. Este processos resultaram em poucas condenações, pois em julho de 1964 havia 35 presos em Minas.

Entre as lideranças políticas importantes de Minas Gerais, aproximadamente dez tiveram seus direitos políticos cassados. Segundo Motta: “o número dos cassados desagradou aos militares da linha-dura, que desejavam expurgo mais profundo, incluindo também lideranças consideradas responsáveis por práticas de corrupção”.^{XXVII}

A Universidade Federal de Minas Gerais – então chamada de UMG – sofreu um intervenção militar em julho de 1964, por ordem de uma das principais lideranças militares no estado, o General Carlos Luis Guedes, conforme podemos vê nesse telegrama do reitor Aloísio Pimenta ao Ministro da Educação e Cultura Flávio Suplicy de Lacerda, no dia 09 de julho de 1964.

Cumpro meu comunicar vossência que por ato do General Carlos Luiz Guedes Comandante quarta DI foi nomeado Interventor na Universidade de Minas Gerais o Tte. Cel. Expedito Orsi Pimenta pt Nesta data aqui compareceu referido Interventor assumiu funções ficando o reitor afastado até ulterior decisão.^{XXVIII}

Segundo Motta, desde a vitória do golpe que Guedes vinha tentando expurgar membros da Universidade, mas esbarrava na colaboração dos dirigentes da instituição. Uma comissão de sindicância interna à UFMG, instalada por ordem do Ministério da Educação em abril de 1964, não conseguiu encontrar subversivos entre seus quadros, ao contrário do apurado por comissões em outras Universidades. Para Motta,

Esse episódio, aliado ao fato do Reitor Aluisio Pimenta ser considerado homem de esquerda, levou Guedes à decisão de destituí-lo, nomeando um Tenente-Coronel do Exército para assumir o controle da UFMG. O ato gerou grande repercussão dentro e fora do estado, provocando a mobilização mesmo de forças leais ao governo militar, que reclamaram do presidente Castelo Branco a suspensão do ato discricionário, paradoxalmente, invocando para isso os ideais liberais da ‘revolução’.^{XXIX}

Logo após a intervenção o reitor afastado, tomou algumas providências, telefonou para o governador de Minas, Magalhães Pinto, solicitando uma solução para o caso o mais rápido possível e passou o seguinte telegrama para o Presidente da República, Marechal de Alencar Castelo Branco:

Lamento ter de comunicar Excelentíssimo Senhor Presidente que Universidade de Minas Gerais acaba ser colocada sob regime intervenção vg por ordem assinada General Comandante 4ª Região Militar pt Impossibilitado tomar qualquer providência vg limitei-me a levar fato conhecimento Excelentíssimo Ministro Educação e Cultura pt Dirigo-me agora Excelentíssimo Senhor-Presidente a fim de manifestar meu protesto ato atentatório autonomia Universidade vg esperando assunto seja considerado devidamente Vossa Excelência pt Cordiais cumprimentos pt Aluísio Pimenta vg Reitor Universidade de Minas Gerais.^{XXX}



Telegramas com teor parecidos foram enviados para Milton Campos, Ministro da Justiça e
Recebido: 08/04/2013
Aprovado: 08/06/2013
Publicado: 10/06/2013

Couto, Presidente Conselho Federal de Educação, além de informar o fato ao Conselho Universitário da UFMG.

Mesmo jornais que deram apoio ao golpe, como o “Estado Minas” se posicionaram contra a intervenção, conforme podemos no editorial do dia 11 de juho de 1964 do referido jornal:

A intervenção militar na Universidade de Minas Gerais não seria o melhor caminho para resolver-se o caso – se é que há caso – daquele nosso principal instituto de ensino. O general Carlos Luiz Guedes, que tem sido tão exato no cumprimento dos seus deveres cívicos, não pensou bem, ao aceitar a medida que lhe foi sugerida pelo Ministro da Educação. A Universidade de Minas Gerais é um espelho cristalino do pensamento democrático e das tendências liberais do povo montanhês. Qualquer medida de caráter excepcional contra esse instituto, para ser tomada, reclama muitas cautelas. É um organismo sensível, que não deve ser tratado friamente com o ferrete revolucionário, como se fosse um C.G.T. qualquer.^{XXXI}

O fato é que devido essa pressão, principalmente de setores ligados ao novo regime no estado, a intervenção foi anulada, apenas dois dias depois de ter sido decretada, e o reitor Aloísio Pimenta reassumiu o cargo e ficou nele até o final de seu mandato.

A intervenção se deu por ordem expressa do general Guedes a revelia do ministro da Educação Flávio Suplicy de Lacerda, conforme podemos vê em matéria do jornal “O Estado de Minas” no dia 14 de julho de 1964, intitulada “Intervenção na UMG foi um equívoco, diz ministro:

Dizendo que foi um "equívoco" a intervenção militar na Universidade de Minas Gerais, o ministro da Educação afirmou, hoje, que a medida se tomou à sua revelia, pois "fiquei supresso, quando tomei conhecimento".

Disse o ministro que o general Luiz Guedes determinou a intervenção na mesma, atendendo a solicitação de um promotor da Justiça Militar.^{XXXII}

Na verdade, vários ato de violência foram praticados na Universidade de Minas Gerais, além da citada intervenção, foi instituída uma Comissão Especial de Inquérito, para apurar atividades subversivas de alunos hispano-americanos; foi feita uma intervenção temporária na Faculdade de Filosofia, 11 de junho de 1964, e a suspensão da posse do Diretor da Escola de Engenharia, no dia 7 abril de 1964. Enfim, as práticas repressivas no imediato pós-golpe foram sintetizadas num Relatório enviando pelo Reitor Aloísio Pimenta ao Ministro da Educação, em resposta a Portaria 259 e do Aviso ministerial nº 705, de 22 de abril de 1964, determinando a instauração de inquéritos administrativos na UMG. O referido relatório conclui que:



Recebido: 08/04/2013
Aprovado: 03/06/2013
Publicado: 10/06/2013

Deflagrado o movimento revolucionário, a Universidade de Minas Gerais viu-se imediatamente atingida em suas atividades normais. As aulas foram suspensas imediatamente por deliberação dos responsáveis pela administração e só foram reabertas a 13 de abril, e as Unidades universitárias, durante esse período, tiveram as suas sedes ocupadas e guarnecidas por contingentes policiais, afetando em algumas delas até os serviços administrativos.

A sede do Diretório Central dos Estudantes foi invadida e teve danificada a quase totalidade de seu material de escritório, de assistência dentária e médica, com arrombamento de portas e de cofres. [...]

Foram, por ordem do Comando da ID/4, dissolvidos o Diretório Central dos Estudantes e os Diretórios Acadêmicos de todas as Faculdades e Escolas, tendo sido designado, pelo mesmo Comando, o estudante Elcio Spinola e Castro, da Universidade Católica como coordenador geral das medidas necessárias ao preparo e processamento de novas eleições, segundo as instruções do Comando.

Essas medidas atingiram punitivamente centenas de estudantes, sendo muitos deles detidos no próprio recinto das Unidades.

Dos inquéritos policiais militares mandados instaurar pelas autoridades do Exército resultaram diversas prisões de elementos do corpo docente e discente e a Reitoria ainda não recebeu qualquer comunicação acerca dos seus resultados, para as providências que lhe couber tomar.^{XXXIII}

Membros da UMG também foram indiciados em Inquéritos Policiais Militares, como podemos constatar nos ofícios enviando pelo Cmt. Da ID/4, Dióscoro Gonçalves Vale, ao Reitor da UMG:

O Sr. HERBERT JOSÉ DE SOUZA, da Faculdade de Ciências Econômica foi indiciado no Inquérito Policial Militar relacionado com atividades subversivas na Guarnição Federal de Belo Horizonte e indiciado também no Inquérito Policial Militar relacionado com a Organização denominada “Ação Popular”, de caráter subversivo.

a) O Dr. OSWALDO HERBSTER DE GUSMÃO não esteve preso nem detido por ordem do Comando da ID/4, nem pelo DVS, conforme informação prestada;

b) está indiciado num Inquérito Policial Militar;

c) Ser solicitada, por V. Magnificência junto às autoridades responsáveis, a presença de força policial, sujeitando-se, nesse caso, ao possível emprego da força e suas imprevisíveis consequências, caso surja um conflito.^{XXXIV}

Considerações Finais

Então, como podemos observar, os momentos que antecederam o golpe civil-militar no Brasil, em 1964, o Estado de Minas Gerais vivia um momento de grande efervescência política e social, tanto do ponto de vista das forças que apoiavam o projeto trabalhista de João Goulart, quanto principalmente, na organização de forças políticas que o combatiam.

Podemos observar que em Minas havia entidades organicamente organizadas para combater o projeto nacional-desenvolvimentista, como o complexo IPES/IBAD, além de várias outras



Recebido: 08/04/2013
Aprovado: 03/06/2013
Publicado: 10/06/2013

entidades da sociedade civil, como Igreja Católica, movimento de mulheres e outros setores de classe média. No campo havia tanto um movimento camponês combativo vinculado ao projeto janguista, quanto forças ligadas aos grandes proprietários rurais para combatê-las. O governador se colocava de forma dúbia na conjuntura, ora se vinculando as forças conservadoras, ora abrindo espaços para forças progressistas. Magalhães Pinto, principalmente visando sua candidatura a presidente da República em 1965, se engajou na derrubada do governo Jango, tendo sido considerado um dos principais líderes civil da “Revolução”. Outro elemento importante foi uso do anticomunismo, como elemento mobilizador das forças conservadoras para combater o projeto trabalhista, esse elemento foi fundamental para mobilizar forças conservadoras contra o governo Goulart.

Notas

^I Professor do Programa Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Este texto é parte de um trabalho desenvolvido como Estágio Pós-Doutoral junto a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Projeto Capes PROCAD-NF n. 2338/2008.

^{II} TOLEDO, Caio Navarro de. **O governo Goulart e o golpe de 64**. 5ª Ed. São Paulo: Brasiliense, 1984, . 95 e segs.

^{III} TOLEDO, Caio Navarro de. **O governo Goulart e o golpe de 64**, p. 103 e segs.

^{IV} ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e Oposição no Brasil (1964-1984)**. Petrópolis: Vozes, 1989.

^V MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **O Golpe, o Regime Militar e a Elite Mineira: 1964-1985**. *Hoje em Dia*. Belo Horizonte: 2009, p. 193.

^{VI} STARLING, Heloisa Maria Murgel. **Os senhores das Gerais**. Os novos inconfidentes e o golpe de 1964. Petrópolis-RJ: Vozes, 1986, p 47.

^{VII} Idem, Ibidem, p. 47.

^{VIII} Idem, Ibidem, p. 80.

^{IX} Idem, Ibidem, p. 81.

^X Idem, Ibidem, p.90.

^{XI} Idem, Ibidem, p. 157.

^{XII} Idem, Ibidem, p. 176-177.

^{XIII} Idem, Ibidem, p. 199-200.

^{XIV} Idem, Ibidem, p. 231.

^{XV} Idem, Ibidem, p. 232.

^{XVI} CAMISASCA, Marina Mesquita. **Camponeses mineiros em cena: mobilização, disputas e confrontos (1961 - 1964)**. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em História da UFMG, 2009.

Cidade Universitária Prof. José Aloísio de Campos, Rodovia Marechal Rondon, s/nº, sala 06 do CECH-DHI,
Bairro Jardim Rosa Elze, São Cristóvão – SE, CEP: 49.000-000, Fone: (79) 3043-6349.

E-mail: caderno@getempo.org



Recebido: 08/04/2013

Aprovado: 03/06/2013

Publicado: 10/06/2013

^{xvii} STARLING, Heloisa Maria Murgel. **Os senhores das Gerais**. Os novos inconfindentes e o golpe de 1964, p. 246-247.

^{xviii} apud CAMISA SCA, Marina Mesquita. **Camponeses mineiros em cena: mobilização, disputas e confrontos (1961 - 1964)**, p. 47.

^{xix} Idem, Ibidem, p. 29.

^{xx} apud Idem, Ibidem, p. 130.

^{xxi} apud Idem, Ibidem, p. 126.

^{xxii} STARLING, Heloisa Maria Murgel. **Os senhores das Gerais**. Os novos inconfindentes e o golpe de 1964, p. 130.

^{xxiii} Idem, Ibidem, p. 117.

^{xxiv} Arquivo Público Mineiro – Departamento de Ordem Política e Social de Minas Gerais – DOPS/MG).

^{xxv} STARLING, Heloisa Maria Murgel. **Os senhores das Gerais**. Os novos inconfindentes e o golpe de 1964, p. 242.

^{xxvi} MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **O Golpe, o Regime Militar e a Elite Mineira**: 1964-1985, p. 194.

^{xxvii} Idem, Ibidem, p. 194.

^{xxviii} Arquivo da Aesi-UFMG - Caixa 02/64 – 26.

^{xxix} MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **O Golpe, o Regime Militar e a Elite Mineira**: 1964-1985, p. 195.

^{xxx} Arquivo da Aesi-UFMG - Caixa 02/64 – Maço 26.

^{xxxi} Arquivo da Aesi-UFMG.

^{xxxii} Arquivo da Aesi-UFMG - Caixa 02 -Maço 27

^{xxxiii} Arquivo da Aesi-UFMG.

^{xxxiv} Arquivo da Aesi-UFMG - Caixa 02/64 - Maço 31.

Referências Bibliográficas

ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e Oposição no Brasil (1964-1984)**. Petrópolis: Vozes, 1989.

BERNSTEIN, Serge. “Cultura Política”. In: RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean-François. **Para uma História Cultural**. Lisboa: Editorial Estampa, 1997.

CHAUVEAU, Agnès.; TÉTART, Philippe (Orgs) **Questões Para a História do Presente**. Bauru: EDUSC, 1999.



Recebido: 08/04/2013

Aprovado: 08/06/2013

Publicado: 10/06/2013

CAMISASCA, Marina Mesquita. **Camponeses mineiros em cena: mobilização, disputas e**

Camponeses (1961 - 1964). Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em História

UFMG, 2009.

DREIFUS, René Armand. **1964. A conquista do Estado**: ação política, poder e golpe de classe. Rio de Janeiro: Vozes, 1981.

MOTA, Rodrigo Patto Sá. **Em guarda contra o perigo vermelho**. O anticomunismo no Brasil (1917-1964). São Paulo: Perspectiva/FAPESP, 2002.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. “Desafios e possibilidades na apropriação de cultura política pela historiografia”. In MOTTA, Rodrigo Patto Sá (Org.) **Cultura Política na História**: Novos Estudos. Belo Horizonte: Argumentum, 2009.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **O Golpe, o Regime Militar e a Elite Mineira**: 1964-1985. *Hoje em Dia*. Belo Horizonte, pp.193-208, 2009.

NUNES, Paulo Giovani Antonino. A quebra da ordem institucional e a ditadura militar no Brasil. In: ARAÚJO, E.M. N.; NÓBREGA, E. M. M.; SANTO NETO, M. G.; BARBOSA, V; L.. (Org.). **Historiografia e(m) diversidade: artes e artimanhas do fazer histórico**. 1 ed. Campina Grande: Editora da UFCG, 2010, v. 1, p. 278-294

SIMÕES, Solange de Deus. **Pátria e Família**. As mulheres no golpe de 1964. Petrópolis: Vozes, 1985.

STARLING, Heloisa Maria Murgel. **Os senhores das Gerais**. Os novos inconfidentes e o golpe de 1964. Petrópolis-RJ: Vozes, 1986.

TOLEDO, Caio Navarro de. **O governo Goulart e o golpe de 64**. 5ª Ed. São Paulo: Brasiliense, 1984.